

LEI 9.784/99 – EXERCÍCIOS



DIRETO DO CONCURSO

01. (QUADRIX/CRO RR/ANALISTA DE NEGÓCIOS/2024) Nos processos administrativos, os prazos processuais não se suspendem.



Via de regra, prazo não tem efeito suspensivo, mas dizer que o prazo não se suspende está errado. A autoridade, se achar conveniente, poderá, sim, dar efeito suspensivo aos prazos, inclusive de recursos.

Art. 67 Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

02. (QUADRIX/CRO RR/ANALISTA DE NEGÓCIOS/2024) Considerando as disposições da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, julgue o item.

A interposição de recurso administrativo depende de caução em valor a ser previamente fixado pela autoridade competente.



Recurso, salvo disposição legal, independe de calção.

03. (FGV/CÂMARA DE SÃO PAULO/TÉCNICO LEGISLATIVO/ÁREA: CONTABILIDADE/2024)

De acordo com a Lei n. 9.784/1999, os atos do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável. Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando

- a) o servidor for reincidente.
- b) houver dúvida de autenticidade.
- c) o processo envolver altos valores monetários.
- d) o processo ocorrer em diferentes localidades.
- e) o processo envolver a participação de estrangeiros.

04. (QUADRIX/CRO RR/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO/2024) À luz da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, julgue o item. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, incluindo-se da contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.



É o contrário: exclui o dia da contagem e inclui o dia do vencimento.

05. (QUADRIX/CRO RR/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO/2024) À luz da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, julgue o item. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.



É o que está na lei.

06. (QUADRIX/CRMV CE/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2024) À luz da Lei n. 9.784/1999 e suas alterações, julgue o item.

O órgão público caracteriza-se por ser uma unidade de atuação da Administração Pública dotada de personalidade jurídica própria.



Pelo contrário: que não possui personalidade jurídica. A entidade é a unidade de atuação que possui personalidade jurídica. Isso está no Art. 2 da Lei n. 9.784.

07. (ADM&TEC/PREFEITURA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS/ANALISTA DE PROCESSOS/2024) Analise as informações a seguir:

I – De acordo com a Lei n. 9.784/99, pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o segundo grau.

II – De acordo com a Lei n. 9.784/99, o processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Marque a alternativa CORRETA:

a) As duas afirmativas são verdadeiras.

- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.



Sobre o item I, no caso de suspensão, não vai para os parentes, mas apenas para o cônjuge ou companheiro do interessado.



5m

08. (FGV/DNIT/ANALISTA ADMINISTRATIVO/ÁREA ADMINISTRAÇÃO/2024) A Lei n. 9.784/1999 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. De acordo com essa lei, assinale a opção que aponta como sendo um direito do administrado, sem prejuízo de outros, que lhe sejam assegurados.

- a) Proceder de modo não temerário.
- b) Prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- c) Expor os fatos conforme a verdade.
- d) Colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- e) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores

09. (CESPE/CEBRASPE/CAU/ANALISTA TÉCNICO/2024) Maria apresentou pedido administrativo perante a repartição pública onde seu marido João exerce cargo em comissão. O pedido foi negado e Maria interpôs recurso administrativo dirigido a João, que é o chefe do órgão e autoridade hierarquicamente superior ao servidor que negou o pedido de Maria. Ao analisar o recurso, João acatou o pedido de Maria em decisão administrativa, sem indicar os fatos e os fundamentos jurídicos.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Segundo expressa previsão na Lei do Processo Administrativo, o ato administrativo que julga recurso administrativo deve ser motivado, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.



O Art. 50 da Lei n. 9.784 exige expressamente que o ato seja motivado nesse caso.

10. (CESÉ/CEBRASPE/NCPQ/ANALISTA/ÁREA: GESTÃO E GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2024) Por se tratar de processo administrativo de licitação, não poderá ser utilizado o instrumento da decisão coordenada, ainda que preenchidos todos os requisitos legais para a formação dessa instância decisória.

11. (FGV/CÂMARA DE SÃO PAULO/TÉCNICO LEGISLATIVO/ÁREA: CONTABILIDADE/2024)

Em relação aos impedimentos e à suspeição em processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a opção correta, de acordo com a Lei n. 9.784/1999.

- a) O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
- b) A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta irrelevante, para efeitos disciplinares.
- c) A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento não precisa se abster de atuar, desde que comunique o fato à autoridade competente.
- d) Pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
- e) O servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro não está impedido de atuar em processo administrativo, desde que comunique o fato à autoridade competente.



Sobre a alternativa b, falta grave.

Sobre a alternativa c, tem que se abster de atuar.

Sobre a alternativa e, está, sim, em situação de impedimento.

Sobre a alternativa a, sem efeito suspensivo.

12. (CESPE/CEBRASPE/CAU/ADVOGADO/2024) A respeito do ato administrativo e do processo administrativo, julgue os itens a seguir.

O prazo decadencial para o exercício da autotutela da administração pública deve ser observado mesmo nos casos de flagrante inconstitucionalidade, considerado o primado da segurança jurídica.



Não há prazo para se anular um ato quando violar a Constituição.

13. (FGV/CÂMARA DE SÃO PAULO/TÉCNICO LEGISLATIVO/ÁREA: CONTABILIDADE/2024)

Em relação aos direitos dos administrados, de acordo com a Lei n. 9.784/1999, analise as afirmações a seguir:

I – Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.

II – Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

III – Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

O administrado tem o(s) seguinte(s) direito(s) perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III



O item I está correto.

O item II está correto.

O item III está correto.

14. (CESPE/CEBRASPE/CAU/ANALISTA DE GEOTECNOLOGIA/2024) Maria apresentou pedido administrativo perante a repartição pública onde seu marido João exerce cargo em comissão. O pedido foi negado e Maria interpôs recurso administrativo dirigido a João, que é o chefe do órgão e autoridade hierarquicamente superior ao servidor que negou o pedido de Maria. Ao analisar o recurso, João acatou o pedido de Maria em decisão administrativa, sem indicar os fatos e os fundamentos jurídicos.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Por ser marido de Maria, João deveria ter se julgado impedido de atuar em processo administrativo.

15. (CESPE/CEBRASPE/MPE PA/PROMOTOR SUBSTITUTO/2023) À luz da CF, da Lei n. 9.784/1999 e da jurisprudência do STF, assinale a opção correta, acerca dos poderes administrativos.

a) A administração pública pode, no exercício do seu poder discricionário, anular atos que estejam em desacordo com o ordenamento jurídico, dos quais decorram efeitos benéficos

aos destinatários, observado o prazo decadencial de cinco anos, ainda que praticados em dissonância com a CF, exceto se houver má-fé por parte do beneficiário.

b) A administração pública pode, no exercício de seu poder hierárquico, anular atos que estejam em desacordo com o ordenamento jurídico, dos quais decorram efeitos benéficos aos destinatários, observado o prazo decadencial de cinco anos, sendo este último inaplicável quando o ato for praticado em dissonância com a CF, ou quando houver má-fé por parte do beneficiário.

c) A administração pública pode, no exercício do seu poder de autotutela, anular atos que estejam em desacordo com o ordenamento jurídico, dos quais decorram efeitos benéficos aos destinatários, observado o prazo decadencial de cinco anos, ainda que praticados em dissonância com a CF, exceto se houver má-fé por parte do beneficiário.

d) A administração pública pode, no exercício de seu poder discricionário, anular atos que estejam em desacordo com o ordenamento jurídico, dos quais decorram efeitos benéficos aos destinatários, observado o prazo decadencial de cinco anos, sendo este último inaplicável quando o ato for praticado em dissonância com a CF, ou quando houver má-fé por parte do beneficiário

e) A administração pública pode, no exercício de seu poder de autotutela, anular atos que estejam em desacordo com o ordenamento jurídico, dos quais decorram efeitos benéficos aos destinatários, observado o prazo decadencial de cinco anos, sendo este último inaplicável quando o ato for praticado em dissonância com a CF, ou quando houver má-fé por parte do beneficiário.



15m



Sobre a alternativa a, nesse caso não há prazo.

Sobre a alternativa c, se estiver em desacordo com a Constituição, não há prazo.

GABARITO

01. E**02. E****03. b****04. E****05. C****06. E****07. c****08. e****09. C****10. C****11. d****12. E****13. e****14. C****15. e**

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Gustavo Scatolino

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
